

[RESENHA]

**Agonística: pensar o mundo politicamente**

*Joel Cezar Bonin*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

MOUFFE, Chantal. *Agonística: Pensar el mundo politicamente*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

A obra em relevo é uma das últimas publicações em espanhol da pensadora política Chantal Mouffe, datada de 2014, com o título de *Agonística, pensar el mundo politicamente*. A versão utilizada para esta resenha foi traduzida por Soledad Laclau e publicada pelo “Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A”, sendo que a versão original em inglês, foi lançada em 2013 com o título de *Agonistics, Thinking the World Politically* pela editora “Verso”. A obra está dividida em sete capítulos fundamentais, a saber: I – O que é política agonista?; II – Que democracia para um mundo agonista multipolar?; III – Uma aproximação agonista para o futuro da Europa; IV - A política radical hoje; V Política agonista e práticas artísticas (incluindo introdução e conclusão) e mais uma entrevista com a autora. O trabalho aqui desenvolvido se propõe em abordar, em linhas gerais, a temática fundamental do texto, a saber, o agonismo político e assinalar os principais interlocutores de Mouffe em sua pesquisa política.

Diante disso, se faz assaz necessário destacar que a autora em tela é professora de Teoria Política do “Centro para Estudos da Democracia” da Universidade de Westminster, Londres e autora de vários livros que abordam a temática política dentro do cenário contemporâneo. Sua linha de pensamento pode ser denominada de "agonística", pois sua visão contempla a ideia de que, para além dos dilemas antagonistas inerradicáveis da política, devemos ponderar e considerar um cenário agonista, no qual não se vê o outro como um opositor/inimigo, mas como um adversário que luta agonisticamente por uma democracia radical e vibrante. Ela aponta para um viés que não é unânime e nem tampouco uníssono, contudo, em suas obras nota-se que o caráter dissensual das disputas políticas é visto como algo salutar para o desenvolvimento de um senso político crítico e sagaz, dissociado de vicissitudes dialéticas entre esquerda/direita ou entre burguesia/proletariado. Dessa maneira, a resenha desse livro visa, diante disso, mostrar as ideias fulcrais da autora e o modo como a mesma desenrola o novo epistemológico e filosófico de seu pensamento agonista.

De início, no primeiro capítulo, Mouffe tenta demonstrar como já fizera em outras obras<sup>132</sup>, o que significa, de fato, uma política agonista. Por este prisma, sua abordagem revela o papel preponderante da ideia de hegemonia. Segundo ela, "denominamos 'práticas hegemônicas' aquelas práticas de articulação mediante as quais se cria uma determinada ordem e se fixa o significado das instituições sociais. Segundo este enfoque, toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas contingentes. As coisas sempre poderiam ser diferentes e toda ordem se afirma sobre a exclusão de outras possibilidades. Qualquer ordem é sempre a expressão de uma determinada configuração de relações de poder. O que em um determinado momento se aceita como a ordem 'natural', junto com o sentido comum que a acompanha, é o resultado de práticas hegemônicas sedimentadas" (MOUFFE, 2014, p. 22).

Essa citação nos leva a reflexão de que o conceito de hegemonia é resultado de uma eleição de práticas, isto é, tal assertiva nos leva a ponderação de que aquilo que decidimos como político/antipolítico/apolítico é o resultado de uma criteriosa definição de prioridades que são "optadas" como as mais aceitáveis ou mais eloquentes para o convencimento de um modo de pensar e agir que é mais "forte diante dos outros". Contudo, nos fica evidente que a configuração das práticas hegemônicas não é algo que ocorre de modo casuístico. O que definimos como hegemonia, segundo os moldes de Mouffe, é algo definido pela maioria ou pelo *ato democrático* de uma escolha. Porém, essa definição não é permanente e não é definitiva. Ela é volátil e contingente e, por sua vez, sempre suscetível a mudanças.

Diante disso, é essencial que entendamos que o pensamento de Mouffe nos orienta a uma prática de dissenso, pois diante de práticas hegemônicas podemos apresentar condutas contrahegemônicas justamente porque aquilo que consideramos como hegemônico está provisoriamente posto. Além disso, Mouffe compreende que as práticas que envolvem o universo político estão sempre em conflito e essa é a "natureza própria" desse universo, mesmo que cindido em dois: "'O político' se refere a essa dimensão de antagonismo que pode adotar diversas formas e que pode surgir em diversas relações sociais. É uma dimensão que nunca poderá ser erradicada. Por outro lado, 'a política' se refere a um conjunto de práticas, discursos e instituições que busca estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que sempre são potencialmente conflitivas, já que estão afetadas pela dimensão 'do político'" (MOUFFE, 2014, p. 22).

---

<sup>132</sup> É fundamental lembrar também que a obra em relevo é uma "revisitação" e atualização de outras obras por ela publicadas, tais "En torno a loPolítico" e "El retorno delo Político".

Diante do exposto, nos faz necessária uma indagação: mas afinal o que Mouffe quer dizer com essa ideia de antagonismo e agonismo? Se lermos com atenção o parágrafo anterior, podemos compreender o seguinte: o olhar "político" é o olhar do dissenso, da diferença e da antagonia. Esse fato é impossível de ser dirimido ou subsumido no universo dos interesses pessoais, das contendas pelo poder. Contudo, o espaço da "política" é o espaço no qual essas ideias não suplantadas pelo exercício racional do discurso ou da "boa vizinhança". Eles permanecem, porém, o modo como essas questões são encaradas se modifica. É aqui que o agonismo ganha importância e valor. Se no primeiro conceito, ve-se o outro como um inimigo a ser massacrado ou destruído, no segundo momento, verifica-se a noção da luta de interesses mediados por uma "cadeia de equivalências" nas quais todos possuem o direito à diversidade e à multipolaridade de intenções. Dito de outro modo, se trata de se pensar o mundo para além de uma visão cosmopolita que por inúmeras vezes, se reveste de uma perspectiva eurocêntrica. Parafraseando Mouffe, não se pode pensar o mundo apenas como um universo, como um pluriverso de interesses, todos eles legítimos e consideráveis. É nesse ponto que Mouffe critica veementemente a postura liberal de que o campo político é um campo neutro, onde os ditames da razão são os únicos esteios orientadores do debate. As paixões nunca foram e nunca serão eliminadas, pois no campo da disputa pelo poder sempre emergem vozes e atitudes que, supostamente teriam sido superadas pela evolução racionalizada do pensamento e do agir humano.

Segundo a pensadora belga, não vivemos mais os tempos de Maquiavel e Kant, contudo, isso não quer dizer que as vicissitudes de outrora não ecoam mais em nosso tempo. Por isso, ela afirma - com base em Carl Schmitt, uma ideia importante na relação entre amigos/inimigos ou entre nós/eles: "De fato, muitas relações nós/eles são meramente uma questão de reconhecer as diferenças. Porém significa que existe a possibilidade de que esta relação 'nós/eles' se converta em uma relação de amigo/inimigo. Isso ocorre quando os outros, que até o momento eram considerados simplesmente como diferentes, começam a ser percebidos como questionando *nossa* identidade e como uma ameaça a *nossa* existência. A partir desse momento, como assinalou Carl Schmitt, toda forma de relação nós/eles - seja religiosa, étnica ou econômica - se converte em um *locus* de antagonismo" (MOUFFE, 2014, p. 24-25).

No decorrer do texto, Mouffe faz vários "links" entre o seu pensamento e de outros pensadores políticos contemporâneos como Badiou, Connolly, Habermas, Virno, Hardt, Negri, etc. Contudo, gostaria de delinear uma visão um pouco mais aprofundada da relação do

pensamento mouffeano com os de Virno e Hardt/Negri. No capítulo no qual ela trata da "política radical hoje", ela aponta os pontos essenciais do trabalho de Antonio Negri e Michael Hardt (*Império, Multidão e Commonwealth*), que tentam demonstrar que o "império" como fonte de acumulação do capital não está mais territorializado, pois ele se manifesta em todos os cantos do mundo por meio de um modo de apreensão da vida na qual a disciplina se dá de modo biopolítico. É um controle muito mais profundo pois envolve toda a vida das pessoas, desde suas práticas mais mezinhas até o mundo do trabalho. Contudo, se trata de extrapolar esse modo de controle sobre a vida pois visto que não há mais territorialidade e sim conectividade ao redor do mundo que pode-se pensar em alternativas que rompam com esse modelo de controle, por meio de um contra-império, no qual a criatividade e a inventividade busquem formas concretas de viver o mundo político. As ONGs, as associações de grupos minoritários<sup>133</sup> são modelos de como isso pode acontecer, pois ligados a ambientes virtuais de debate, nascem os modelos contrahegemônicos de inserção e discussão social. Isto posto, pode-se dizer que a interconexão virtual engendra mudanças reais na análise de "visão de mundo" de seus participantes. Se, contudo, tais possibilidades de ação prática não se fazem possíveis, a "saída pela tangente" deve ser o êxodo e a deserção, como meios de distanciamento da vida pública.

Por outro lado, o pensamento do filósofo italiano Paolo Virno opõe-se em alguns aspectos ao pensamento de Negri e Hardt, pois ele não consegue vislumbrar outra alternativa para a vida social que não seja a deserção. "[...] Se na era disciplinária, a sabotagem constituía a forma fundamental de resistência, [...] na era do controle do império, esse papel é desempenhado pela deserção. De fato, considera que é por meio da deserção - mediante a evacuação dos espaços de poder - que se podem ganhar as batalhas contra o império. A deserção e o êxodo constituem [...] uma forma poderosa de luta de classes contra a pós-modernidade imperial" (MOUFFE, 2014, p. 81).

Entretanto, a análise de Mouffe é bem diferente nesse quesito, pois o que ela considera como fundamental não é a deserção dos espaços de poder, mas a sua verdadeira e legítima posse por parte de todos os envolvidos como se vê na nota de rodapé da página anterior. Antes ainda, afirma Mouffe, faz-se necessário que uma visão renovada do papel e do valor dos espaços públicos de democracia. E aqui ela volta ao ponto inicial: é preciso que haja

<sup>133</sup>[...] Não se pode definir o adversário em termos amplos e gerais como "império" ou "capitalismo", senão em termos de pontos nodais de poder que devem ser atacados e transformados com o fim de criar as condições de uma nova hegemonia. Se trata de uma "guerra de posição" (Gramsci) que deve ser lançada *em uma multiplicidade de lugares e isto exige uma sinergia entre uma pluralidade de atores: movimentos sociais, partidos e sindicatos*. (MOUFFE, 2014, p. 85, grifo meu).

dissenso, luta, desentendimento se preciso for, pois somente por meio desse movimento contínuo de retorno ao debate democrático, por vezes consensual, mas mais ainda dissensual que os conflitos podem encontrar um espaço adequado de desenvolvimento. Contudo, ela reitera: a extinção, deserção ou eliminação do Estado não é o caminho que levará as sociedades à plenitude de uma democracia vibrante e radical. Em verdade, a única radicalidade conclamada por Mouffe é a da participação dissensual agonista. Dito de outro modo, trata-se de repensar as possibilidades políticas de nosso tempo por um viés constantemente rechaçado por políticas liberais ou neoliberais, o de que só possível a vivência plena da política num ambiente que seja capaz de "incluir o outro na sua diversidade": eis um caminho possível, segundo Mouffe, para uma vida política que aponta possibilidades, pois já compreende de antemão a impossibilidade de uma erradicação total do antagonismo, mas que nas brechas, nos interstícios do sistema político-econômico luta (agoniza<sup>134</sup>, no sentido grego do termo) por uma vida democrática onde todos são iguais e dignos dessa igualdade.

---

<sup>134</sup> Nesse ponto, Mouffe aponta uma ideia fundamental de William Connolly e se apropria dela: “Connolly está influenciado por Nietzsche e tentou tornar compatível a concepção nietzscheana do ‘agón’ com a política democrática”. Reclama uma radicalização da democracia, que resultará do cultivo por parte dos cidadãos de um novo *ethos* democrático de compromisso, que os levará a entrar em uma disputa agonista a fim de impedir toda forma de fechamento. Para esta perspectiva resulta central a ideia do 'respeito agonista' que Connolly percebe surgindo da condição existencial compartilhada da luta pela identidade e moldada pelo reconhecimento de nossa finitude. O respeito agonista representa para ele a virtude cardeal do pluralismo profundo e é a virtude política mais importante em nosso mundo pluralista contemporâneo. (MOUFFE, 2014, p. 31, grifos no original)